

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR

Boletim nº 1

PROJETO ONG TRANSPARENTE

O Projeto Ong Transparente focaliza um dos aspectos mais relevantes do Terceiro Setor, o efetivo controle social e por resultado através da utilização dos mecanismos jurídico-administrativos, inclusive com a implementação da Lei nº 12.527/2011(Lei de Acesso à Informação) e da Lei nº 13.019/14 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

A Lei 12.527/11 determina que as entidades do Terceiro Setor forneçam à sociedade dados completos sobre a administração dos recursos de natureza pública, através da publicação da prestação de contas em sítios/sites) oficiais. Desta forma, a legislação contribui para o fortalecimento do controle social e do controle por resultado, através do amplo acesso do cidadão à administração dos recursos públicos direcionados às entidades privadas.

O controle social tem por requisitos a transparência da administração pública e da entidade do terceiro setor, além do acesso à informação em linguagem suficientemente clara para o cidadão. Portanto, todo o labor de gestão da entidade deve ser publicado no site da instituição através de relatórios, resultados dos exercícios financeiros e demonstrações contábeis.

Desta forma, o Projeto ONG Transparente visa selecionar e divulgar as entidades consideradas transparentes, ou seja, que publicam em sítios oficiais todas as informações atinentes à prestação de contas dos recursos públicos. Para tanto, foram elaborados e publicados 4(quatro) informativos, e uma Cartilha de Prestação de Contas, contendo direcionamentos acerca da prestação de contas dos recursos públicos e divulgação das informações no ambiente virtual.

No dia 11 de setembro de 2018, foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado de Sergipe, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe, com objetivo elaborar a métrica(matriz) de avaliação

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR

de transparência dos sites das instituições do Terceiro Setor e posterior divulgação do ranking das entidades não governamentais consideradas transparentes.

São parceiros do MP no projeto, diversos órgãos públicos, Conselho Regional de Contabilidade/Se, Controladoria Geral da União- CGU, Controladoria Geral do Estado de Sergipe - CGE, Conselho Regional de Administração – CRA, Controladoria Geral do Município - CGM, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, Tribunal de Contas da União - TCU, Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal e Receita Federal.

A Métrica de Avaliação de Transparência foi elaborada com base no instrumento confeccionado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, do Ministério Público Federal e na Métrica de Transparência dos Municípios, elaborada pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Consiste em planilha contendo questionamentos acerca da publicação das informações de interesse público pelas entidades do Terceiro Setor, com base nas Leis nº 12.527/11 e nº13.019/14.

Através da planilha(métrica), analisa-se três aspectos de transparência dos sites das instituições, com base na legislação supramencionada: Transparência Ativa, Transparência Passiva e Boas Práticas de Transparência.

A Transparência Ativa indica que as entidades sem fins lucrativos têm o dever de publicar em seus portais de transparência, em tempo real, informações de interesse geral ou coletivo atinentes aos seguintes pontos: sítio oficial, divulgação da estrutura da entidade e forma de contato, receita, despesa, processos seletivos, editais de chamamento público, licitação, instrumentos legais, relatórios e prestação de contas.

A Transparência Passiva indica que instituições sem fins lucrativos deverão proporcionar a qualquer cidadão os meios de acesso às informações não disponibilizadas diretamente nos portais, de forma presencial, através do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC P), e por meio eletrônico, através do Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão (e- SIC).

Boas Práticas de Transparência consistem no conjunto de medidas implementadas pela administração pública em atendimento ao princípio da transparência. Nessa categoria, os

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO TERCEIRO SETOR

questionamentos da métrica tencionam verificar a segurança do sítio oficial, a publicação dos demonstrativos contábeis e do número da conta bancária vinculada aos instrumentos legais firmados com o Poder Público.

Cada questionamento da planilha ou Métrica de Avaliação de Transparência equivale a uma determinada pontuação ou nota de avaliação. A soma das pontuações geram o montante de 100 pontos ou nota 10,00.

No início de outubro de 2019, juntamente a Métrica de Avaliação de Transparência, foi publicada a Orientação Técnica nº 01/2019, contendo direcionamentos e explanações acerca dos itens de avaliação.

A avaliação inicial de transparência iniciou-se em 30 de outubro de 2019. A avaliação final ocorrerá em fevereiro de 2019. Pretende-se publicar um ranking de instituições consideradas transparentes no site do Ministério Público Estadual, consoante dispõe o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas e Ministério Público de Contas.

O Projeto ONG Transparente, inscrito no banco de projetos do Conselho Nacional do Ministério Público, foi selecionado entre os 5 (cinco) finalistas, para Prêmio CNMP, na categoria de redução à corrupção, nos anos de 2015, 2016 e 2017. Recentemente, na edição 2019, também estava habilitado a prêmio entre o rol de projetos do Ministério Público de Sergipe, no universo de 1034 projetos.

Finalmente, ratifique-se o fato de que a Métrica de Avaliação de Transparência dos portais das OSCs, OSCIPs e OSs, produto do Projeto ONG Transparente, poderá ser alterada, nos moldes das Ações editadas pela ENCCLA, caso haja necessidade.

Ana Paula Machado Costa Meneses
Promotora de Justiça
Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor